



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

EXEMPLAR N.º

Comando do Pessoal

AGE.121

X
10/11/08

NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

TÍTULO: Direcção de Administração de Recursos Humanos

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS RELATIVOS À TRANSIÇÃO DE FÉRIAS DE ANOS TRANSACTOS

REF.: ESTATUTO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (EMFAR)
LEI N.º 59/2008, DE 11 DE SETEMBRO, COM AS CONSECUTIVAS ALTERAÇÕES
PARECER JURÍDICO DO GabAp N.º 04/2008, de 22Jan08 e 22/2008, de 15Abr08

1. FINALIDADE

A presente NEP destina-se a rever, atualizar e regular os procedimentos necessários ao reconhecimento do direito do gozo de férias relativas a anos transatos.

2. ÂMBITO

A presente NEP aplica-se a todas as U/E/O do Exército.

3. EXECUÇÃO

a. Enquadramento Legal:

- (1) O direito a férias encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), nos termos do disposto no art. 59.º, n.º 1, al. d), para os trabalhadores (*latu sensu*) o qual refere que "todos os trabalhadores têm direito ao repouso e aos lazeres, (...) ao descanso semanal e a férias periódicas pagas";
- (2) No seguimento do proclamado na lei fundamental (CRP), por força do disposto no art. 94º do EMFAR, aos militares das Forças Armadas são aplicáveis, em matéria de férias, as disposições previstas no regime geral da função pública, aplicando-se, nesse âmbito, o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designado por RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;
- (3) Analisando o mencionado RCTFP, verificamos no seu art. 171.º que, "o direito a férias reporta-se, em regra, ao trabalho prestado no ano civil anterior (...)" devendo as mesmas ser gozadas no ano civil em que se vencem, de acordo com o art. 175.º, n.º 1;
- (4) Ainda, de acordo com o previsto no art. 171.º, n.º 3, "o direito a férias é irrenunciável e, fora dos casos previstos na lei, o seu gozo efetivo não pode ser substituído (...) por qualquer compensação económica ou outra";
- (5) Os n.ºs 2 e 3, do art. 175.º, prevêm as situações em que eventualmente poderá haver acumulação de férias;
- (6) De acordo com o n.º 2, do art. 175.º, "As férias podem ser gozadas até 30 de abril do ano civil seguinte, em cumulação ou não com férias vencidas no início deste, por acordo entre entidade empregadora pública e trabalhador ou sempre que este as pretenda gozar com familiar residente no estrangeiro";
- (7) Nos termos do n.º 3, do art. 175.º "Pode ainda ser cumulado o gozo de metade do período de férias vencido no ano anterior com o vencido no ano em causa, mediante acordo entre entidade empregadora pública e trabalhador";
- (8) Para além das condições previstas para se verificar a acumulação, há ainda que ter em conta, no caso específico dos militares, a exceção geral prevista na parte final do número 1, do artigo 94º do EMFAR, na medida em que aí se ressalva que o regime jurídico das férias na função pública se lhes aplica **sem prejuízo da actividade operacional ou da frequência de cursos**,

Entidade responsável
DARH/Cmd Pess

Alteração n.º / Data
ALTERAÇÃO N.º 1 / OUT13

Classificação
RESERVADO

tirocínios, instrução ou estágios. O que não pode deixar de significar, interpretando sistematicamente a norma em causa, que as previsões do regime jurídico das férias na função pública, no que aos militares diz respeito, não se sobrepõem às exigências de serviço decorrentes da actividade operacional ou da frequência de cursos, tirocínios, instrução ou estágios;

- (9) Assim sendo, qualquer alteração, adiamento ou interrupção das férias do militar, desde que fundamentada em imperativos e exigências de serviço decorrentes da actividade operacional ou da frequência de cursos, tirocínios, instrução ou estágios, escapa ao âmbito de aplicação do regime legal para esse tipo de situações;
- (10) Nesta exceção também se inserem os casos de impossibilidade de gozo de férias por motivos de maternidade, paternidade, adopção ou doença.

b. Execução:

- (1) Estabelecer os procedimentos a realizar pelas UU/EE/OO, centrados no reconhecimento do direito de férias relativas a um ano, a serem gozadas no ano seguinte;
- (2) Definir os procedimentos a realizar pelas UU/EE/OO, objectivados no reconhecimento do direito de férias relativas a um ano, a serem gozadas para além do ano seguinte;
- (3) Delinear os procedimentos a assumir pela DARH (RPM) quando confrontado com situações deste tipo.

c. Procedimentos a realizar pelas U/E/O, relativamente ao reconhecimento do direito a férias não gozadas, num determinado ano, para o ano seguinte:

- (1) As férias respeitantes a determinado ano podem, por conveniência de serviço, ou por acordo entre o funcionário ou agente e a Administração, ser gozadas no ano civil imediato;
- (2) Os dias de férias que o militar não pôde gozar, no respectivo ano civil, nomeadamente por motivo de maternidade, paternidade, adopção ou doença, serão gozados em momento a acordar com o dirigente do serviço até ao termo do ano civil imediato ao do regresso ao serviço;
- (3) Em qualquer das situações referidas nos números anteriores, a autorização para a transição das férias de um ano para o outro é da competência do Cmdt/Director/Chefe da U/E/O do militar/requerente, devendo essa autorização ser publicada em O.S. e inserida, informaticamente, nos dados relativos ao mesmo, na aplicação Web – GRH;
- (4) O gozo das férias de um determinado ano, no ano imediatamente subsequente deve anteceder o gozo daquelas que são vencidas nesse ano.

d. Procedimentos a realizar pelas U/E/O, relativamente ao reconhecimento do direito a férias não gozadas, num determinado ano, para além do ano seguinte:

- (1) Este acolhimento de eventual reconhecimento de direito é excepcional, e deverá ser analisado casuisticamente, atendendo aos motivos em concreto que impediram tal gozo;
- (2) Só são admitidos neste regime de excepção os requerimentos que se refiram ao gozo de férias vencidas dois anos antes;
- (3) O requerimento do militar, dirigido a S.Exa Gen CEME, deve ser enviado para o GabAp/CmdPess, até ao fim de Janeiro do ano seguinte ao imediatamente subsequente àquele a que dizem respeito as férias;
- (4) Nesse requerimento devem ser especificados os motivos impeditivos do gozo das férias, juntando para o efeito, prova dos motivos alegados, nomeadamente os registos que houver sobre os mesmos em sede de GRH;
- (5) A autorização de transição das férias de um determinado ano para o seguinte, efectuada anteriormente pelo Cmdt. do militar, deve ser comprovada pela OS correspondente, cópia da qual deverá ser junta ao requerimento do militar;
- (6) O requerimento deve ser acompanhado pela Informação/Modelo 16, com o competente parecer do Cmdt/Director/Chefe da respectiva U/E/O, o qual deverá pronunciar-se quanto às razões enunciadas pelo militar, justificando, de forma fundamentada, quando são evocados imperativos razões de serviço;

AGE.121	PROCEDIMENTOS RELATIVOS À TRANSIÇÃO DE FÉRIAS DE ANOS TRANSACTOS	PAG 3
---------	--	-------

(7) Juntamente com o requerimento do militar, deverá ser junta folha de matrícula actualizada do requerente.

e. Perante à apresentação de um requerimento, por parte de um militar, para gozo das férias vencidas num ano, noutro ano que não o subsequente, a DARH (RPM) deve:

- (1) Se a pretensão se enquadra nos normativos em vigor;
- (2) Verificar se a pretensão evoca, claramente:
 - (a) O seu motivo;
 - (b) As razões que determinaram o motivo;
- (3) Verificar se as razões evocadas estão devidamente comprovadas, nomeadamente com cópias da OS e do GRH autenticadas, e claramente fundamentadas.
- (4) Se a pretensão é acompanhada pela Informação Modelo 16 e se nela, de forma inequívoca, o Comandante do militar se pronuncia sobre o motivos e as razões e fundamenta aquelas que evocam razões de serviço.
- (5) Analisa, se ao longo do tempo que engloba o ano de vencimento das férias e o imediatamente subsequente se houve impossibilidade real do militar gozar as suas férias.
- (6) Elabora a necessária informação e submete-a a despacho.

4. DIVERSOS

A presente NEP revoga a NEP AGE.121, DARH/CmdPess, de SET/10.

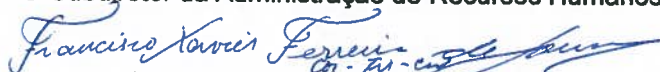
Aprovo

O AGE

Francisco António Correia
TGEN

Autenticação

O Subdiretor da Administração de Recursos Humanos


Francisco Xavier Ferreira de Sousa
Cor Tir Cav

DISTRIBUIÇÃO:

De acordo com o disposto na NEP AGE.004 (DISTRIBUIÇÃO DAS NEP DO AGE).

Entidade responsável DARH/Cmd Pess	Alteração n.º / Data ALTERAÇÃO N.º 1 / OUT13	Classificação RESERVADO
---------------------------------------	---	----------------------------